

TERRITORIALIZAÇÕES E DESTERRITORIALIZAÇÕES DE REDES SOB A INFLUÊNCIA DE MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS: o caso do Cais de José Estelita, Recife

TERRITORIALIZATIONS AND DETERRITORIALIZATIONS OF NETWORKS UNDER THE INFLUENCE OF URBAN SOCIAL MOVEMENTS: the case of the José Estelita Pier, Recife

Fivos de Brito Karagiorgas¹

EHESS: <https://orcid.org/0000-0002-8344-6096>

DOI: 10.21680/1982-1662.2023v6n36ID32591

Resumo

Este artigo tem como foco de estudo as mobilizações sociais contra o projeto imobiliário nomeado “Novo Recife” (2012) e faz parte da tese sobre preparação: “Recife, cidade roubada: mobilizações sociais e conflitos de representações entre memória e modernidade no Recife, Brasil (1957-2022)”. Através de uma análise do contexto histórico, social-urbano e político que levou para a proposta deste projeto, examinamos como diferentes processos de contestação formaram redes sociais e influenciaram sua implementação. Poderemos assim discernir sobreposições entre atores institucionais e agentes sociais em níveis múltiplos que ativaram redes que uniram diferentes conjuntos de interesses. Tal análise pode contribuir, no mapeamento dos níveis em que as decisões em relação aos conflitos de territórios urbanos se concretizam e para a compreensão da medida em que novas articulações e redes são criadas quando um movimento social urbano desafia um projeto de articulação de interesse estatal, federal, municipal e privado.

¹ E-mail: fivosdebrito@gmail.com

Palavras-chave: Redes digitais. Territorialização. Poder. Representações sociais.

Abstract

This article focuses on the social mobilizations against the real estate project named "Novo Recife" (2012) and is part of the thesis under preparation: "Recife, stolen city: social mobilizations and conflicts of representations between memory and modernity in Recife, Brazil (1957-2022)". Through an analysis of the historical, social-urban and political context that led to the proposal of this project, we examine how different processes of contestation formed social networks and influenced its implementation. We can thus discern overlaps between institutional actors and social agents at multiple levels that activated networks and united different sets of interests. Such analysis can contribute, in mapping the levels at which decisions regarding urban territory conflicts are concretized and in understanding the extent to which new articulations and networks are created when an urban social movement challenges an articulation project of state, federal, municipal and private interests.

Keywords: Digital networks. Territorialization. Power. Social Representations.

Ordenamento do território num contexto desenvolvimentista

O caso da urbanização do cais de José Estelita, espaço ferroviário de 10.1 hectares, nas proximidades da malha urbana histórica do Recife (Bairro de São José, Santo Antônio, Bairro do Recife, Bairro de Boa Vista - figura 1), faz parte de um projeto de transformação da cidade bem comentado nas redes sociais e estudado por vários pesquisadores de diferentes disciplinas. Estudos relacionados a antropologia urbana, arquitetura e urbanismo, sociologia, direito, mídia e redes digitais, comunicação foram realizados tanto por pessoas envolvidas nos processos de reivindicação desta área urbana, como por pesquisadores atraídos por ela. O Movimento Ocupe Estelita (MOE) chegou a ter conhecimento nacional e internacional durante o período de 2014-2016, uma época marcada por grandes acontecimentos na

vida política, social, econômica do país, sob o olhar de redes sociais e imprensas internacionais.

Figura 1 - A ilha "Antônio Vaz" inclui os bairros de Ilha Joana Bezerra, Cabanga e o complexo histórico de São José e administrativo de Santo Antônio. Os dois últimos fazem parte da malha urbana histórica do Recife junto com o bairro do Recife e parte do bairro de Boa Vista. Ortofotografia de 2016 modificada pelo autor.



Fonte: Sistema de Informações Geográficas do Recife (ESIG).

Seguindo a linha temporal de alguns projetos urbanos propostos para o entorno do centro histórico do Recife desde 2003 até os dias atuais, veremos uma série de planos de planejamento regional e ordenação territorial que ditaram as tendências de expansão do fluxo de financiamentos em diferentes áreas da malha urbana do Recife e Região Metropolitana (RMR). Esses planos envolvem o plano "Metrópole Estratégica" de 2002 e o projeto "Complexo Turístico Cultural Recife-Olinda" de 2003. Esta série de planos formou o quadro de intervenção da iniciativa público-privada (federal, estatal e municipal) em que os interesses de diferentes entidades da sociedade entraram em conflito. Paulo Reynaldo Maia Alves comparou os resultados de sua pesquisa sobre os valores do solo no Recife com estes da pesquisa de David Harvey na cidade estadunidense de Baltimore, obtendo resultados similares aos do autor norte-americano. Nesta pesquisa nota-se o fato dos "especuladores influenciando consideravelmente nas leis e normativas que tratam do zoneamento e seus parâmetros de ocupação do solo" (ALVES, 2009, p. 191).

De um ponto de vista, os projetos de ordenação territorial parecem se enquadrar em um tipo de raciocínio, em que se leva em conta que após a implementação de leis urbanas que regulam o planejamento em áreas diversas da cidade (como por exemplo, a lei constitucional do Estatuto da Cidade, a lei dos doze bairros de 2001 no Recife, as Zonas Especiais de Interesse Social ou os Planos Diretores), será implementado um equilíbrio entre a intervenção pública e privada para a urbanização das cidades e o crescimento econômico. Através de processos estandardizados será possível – sendo o Estado o regulador (o grau de regulamento sendo um desafio político) – estabelecer um antagonismo entre entidades privadas que favorece a qualidade das propostas urbanísticas, para disponibilizar a melhor escolha que inclui as populações.

Por um lado, esse raciocínio parece incluir a hipótese de que essas leis reguladoras serão aplicadas sem levar em conta a existência e a formação de redes entre agentes sociais que possuem capital econômico importante. Em contextos muito diferentes, autores como Monique Pinçon-Charlot e Michel Pinçon (2007:11-42) destacaram práticas de formação de redes de solidariedade no nível de classes sociais altas na França da década de 2000, com o intuito de garantia de suas necessidades para a sua reprodução social, e a relação desta com a criação de espaços urbanos apropriados. Destacaram também práticas estatais que resultam em segregação sócio espacial através de habitações sociais para os fins da reprodução social de classes médias.

Por outro lado, quanto mais confiança tenta-se criar em relação às instituições responsáveis pelo planejamento urbano e o sistema judiciário, mais isto pode produzir efeitos de fortalecimento das instituições democráticas. Neste artigo nós tomamos a iniciativa de realizar uma série de observações na lógica de uma "neutralidade axiológica". Assim, sem negar a existência da perspectiva do observador, tentamos revelar também os possíveis limites das diferentes perspectivas.

O contexto político em nível federal, estadual e municipal em relação ao espaço urbano

A década de 2000-2010 foi marcada por uma série de investimentos urbanos em toda área do Recife e Região Metropolitana (RMR). Por um lado, o Orçamento Participativo (OP) lançado durante o primeiro mandato do prefeito João Paulo (PT,

2001-2004) torna-se a principal rede de fluxo de investimentos para moradia e infraestrutura nos assentamentos de baixa renda. Por outro lado, o estabelecimento deste canal de financiamento enfraqueceu, segundo Rocha (2017: 17), outros órgãos institucionais existentes desde o começo da década de 1980, como o Fórum do PREZEIS (1987), instituição que surgiu através de experiências participativas, tendo como objetivo a regularização e urbanização dos "assentamentos de baixa renda". Consideramos a existência deste tipo de investimentos não só como uma tentativa de melhoramento do espaço urbano, mas também como uma ferramenta de construção de hegemonia política no nível municipal e nacional. Deste modo, o estabelecimento de uma correlação de representação política (por diferentes partidos) e da melhoria da infraestrutura urbana (obras público-privadas) cria um espaço de antagonismo político para o consentimento das camadas sociais que são beneficiadas por elas.

No caso do OP, parece ser uma política com resultados múltiplos e com críticas em relação com a adaptação da experiência participativa nas lógicas dos mercados "neoliberais" (KOSTER e NUIJTEN, 2011). A continuação e transformação do Orçamento Participativo para "Recife Participa", criado na primeira gestão de Geraldo Júlio (PSB, 2013-2016), deu continuação no tipo de lógica de parcerias públicas/privadas para a melhoria da infraestrutura e da moradia dos assentamentos populares. Considerando a enchente de maio de 2022 no Recife, em que o número de mortes ultrapassou este das grandes enchentes de 1975, revela-se a importância real e política em relação às infraestruturas da cidade (eletricidade, sistemas de esgoto, obras de proteção contra inundações e desassoreamento, pavimentação de ruas, equipamentos públicos, regularização fundiária etc.). A entrevista com dois ativistas do Recife na rede social Médiapart, em relação ao "caos climático", é um paradigma desta disputa entre as diversas representações sociais associadas ao espaço urbano. Os dois militantes dos bairros populares do Ibura e do Bode – zona sul do Recife – acrescentaram que a enchente e as políticas urbanas para as "periferias" do Recife são o resultado do "racismo estrutural", o "racismo ambiental" e da "higienização da cidade" pelos fins dos interesses de uma "elite burguesa branca" em todos os níveis do poder no país (MEDIAPART, 2022).

A lei das Zonas Especiais de Interesse Social (1983) é caracterizada como uma lei pioneira nos anos 1980, surgida por uma reivindicação ampla da sociedade civil (Comissão de Justiça e Paz, movimentos sociais, ONGs, partidos políticos, etc.)

durante o período de abertura política do regime militar. Os movimentos sociais, ao normatizar processos e formar articulações com o Estado e as ONGs, marcaram através da lei ZEIS (1983) a história do Recife. Isso significa que essas zonas evitaram as remoções ou a gentrificação de bairros populares, principalmente nas margens ou dentro do corpo histórico da cidade (ZEIS do Coque, ZEIS do Pilar, entre outras).

Durante o surgimento e a aplicação desta lei foi formada uma experiência político-administrativa que influenciou os técnicos de planejamento urbano através da sua lógica participativa. Mesmo com essa experiência importante, na medida em que o processo de regularização fundiária das ZEIS do Recife avançou, notamos atualmente múltiplos casos que poderiam se caracterizar como casos de "incertitude institucionalizada" (GERARD, 2022). A generalização desta condição significa uma fragmentação do avanço da regularização fundiária que ficou por muito tempo "congelada", com poucas exceções, o que obriga os habitantes a entrar em uma relação de dependência com líderes comunitários ou políticos. Deste modo, prevalecem as estratégias individuais para alcançar sua regularização do que estratégias coletivas para regularização e urbanização integrada dos bairros.

Outros investimentos federais e municipais tornaram-se símbolos das gestões do prefeito João Paulo (2001-2004/2005-2008-PT) em relação com a infraestrutura e a habitação social. Um caso icônico é este da urbanização da orla do bairro de Brasília Teimosa (BT) com interferência do então presidente Lula da Silva em 2003, durante seu primeiro mandato (2003-2006). Brasília Teimosa é uma comunidade na zona sul do Recife cuja centralidade e visibilidade tornaram a urbanização de sua orla um marco de representação política para o PT. A intervenção virou também de comentários em relação à ambivalência da noção e do tipo de "desenvolvimento", "progresso" ou "avanço". Críticas foram feitas em relação à transferência dos habitantes das *palafitas* da sua orla urbanizada fora da área ZEIS de BT (ao contrário da lógica da legislação PREZEIS de 1987) e com resultados negativos em relação ao avanço da "especulação imobiliária" junto com a construção da torre "João Carlos Paes Mendonça" (JCPM) na entrada do Bairro. Essa última virou símbolo de novas técnicas de estrutura vertical na cidade (estruturas com painéis de vidro). Esse caso, entre outros, nas gestões do PT e do PSB na prefeitura, são exemplos de intervenções que concentram alto valor político.

Levando em conta as críticas e as narrativas do grupo Direitos Urbanos (DU) e do Movimento Ocupe Estelita (MOE) durante as reivindicações contra o projeto Novo Recife concentramos em um mapa (figura 2) as intervenções de grande impacto na malha urbana do entorno da bacia do Pina que foram mais comentadas na página do grupo². Assim destacamos uma série de projetos que são ligados a espaços de frente d'água, como nota-se no vídeo principal de reivindicação do MOE (OCUPE ESTELITA, 2014). Observamos que quase todos esses espaços são diretamente ligados a áreas que pertencem à União. São áreas relacionadas com a expansão da atividade do Porto do Recife e suas atividades comerciais, na primeira metade do século XX, desativadas gradualmente desde os anos 1970. Como nota-se no vídeo "Recife MD" (CANALVURTO, 2011), o representante da empresa imobiliária Moura Dubeux destaca que estes espaços são prioritários para "ocupar" por causa da sua "relação fundiária, mas simples" do que a área (ZEIS) de BT (figura 3) que "está fadada de não passar por aquilo" ou seja, de passar a ser considerada "parte da cidade".³

² DIREITOS URBANOS, disponível em <https://direitosurbanos.wordpress.com/>, acessado em 22 de dezembro de 2022.

³ Levamos em conta que esta entrevista em 2011 foi realizada em época em que não tinham acontecido as alterações na lei das ZEIS do Recife durante as discussões de 2016-2021 para o estabelecimento do novo plano diretor de 2021.

Figura 2. Compilação das localizações das intervenções urbanas das décadas 2000 e 2010 mais comentadas pelo grupo Direitos Urbanos no entorno da Bacia do Rio Capibaribe (Bacia do Pina)⁴.



Fontes: ESIG Recife e Direitos Urbanos.

⁴ 1. Edifício JCPM na ZEIS de Brasília Teimosa (2005-2006). 2. Torres “gêmeas” (2005-2009). 3. Complexo comercial JCPM e shopping Center Rio Mar (2010-2012). 4. Via Mangue (2011-2016). 5. Renovação de armazéns-projeto “Porto Novo” (2011). 6. Primeira etapa do projeto Novo Recife (2022 - três torres). 7. Aprovação de projeto de expansão do polo jurídico dentro da ZEIS do Coque (2010). 8. Proposta para construção de hotel dentro da ZEIS de Brasília Teimosa (2014). 9. Edifício Mirante do Cais na “beira” da ZEIS de BT (2018-2022). 10. Apresentação do Plano Diretor da Vila Naval (2014). 11. Projeto de Viadutos na Avenida Governador Agamêmnon Magalhães anulado (2013). Em vermelho as áreas aterradas durante a primeira parte do século 20, para fins da expansão do porto do Recife e suas atividades comerciais. Em azul as linhas férreas. Linhas tracejadas: projetos cancelados. Cartografia adaptada, baseada em ortofotografia de 2016.

Figura 3. Compilação das áreas ZEIS e dos polos de desenvolvimento no entorno da Bacia do Pina.⁵



Fontes: ESIG Recife e Direitos Urbanos.

Seguindo a linha do tempo das intervenções mapeadas, nós defendemos que o Movimento Ocupe Estelita surge como um protesto em relação às várias transformações urbanas na cidade do Recife que incluem a verticalização intensa (por exemplo, no bairro da Torre, zona norte), as "torres gêmeas", a lei seca proposta pela vereadora Marília Arraes (2011), a demolição de edifícios históricos de valor cultural (GHIONE, 2016), intervenções na ZEIS do bairro do Coque (remoções para a construção de terminal de ônibus), o complexo comercial JCPM, as obras do Cais do Porto do Recife. São obras que "revolucionaram" a qualidade do espaço urbano e das paisagens, principalmente entre o segundo mandato do prefeito João Paulo (2005-2008), o mandato de João da Costa (2009-2012), ambos do PT, e a primeira gestão de Geraldo Júlio (2013-2016), do PSB. São marcos simbólicos de uma lógica específica de empreendimentos que traz consigo uma estética contrapondo "a linguagem

⁵ 1. Porto Digital. 2. Polo Médico. 3. Polo Jurídico. 4. Polo Comercial. 5. Projeto Novo Recife. Em amarelo são as áreas ZEIS no entorno do rio Capibaribe na bacia do Pina. Cartografia adaptada, baseada em ortofotografia de 2016.

arquitetural" de seus entornos, uma estética talvez percebida por uma parte da população como "violência simbólica" (SAPIRO, 2020) que é interiorizada inconscientemente, através da experiência da vida cotidiana. Pode-se comentar que essa estética torna-se representativa para uma parte da sociedade em um período específico das relações do poder, tais como elas são expressadas na malha urbana recifense. Diríamos que a linguagem urbana proposta pelo projeto Novo Recife e os projetos anteriores não dialoga com a linguagem urbana incorporada por outros agentes sociais.

Nessa altura, o projeto Novo Recife parece ser a "ponta do iceberg em um processo de aceleração da transformação urbana, em que várias representações sociais entraram em conflito. Seriam representações de classe, raça e gênero ligadas à tipologia de moradia, a ética em relação aos estilos de vida⁶ de diferentes agentes sociais, representações políticas ligadas a certa percepção de "desenvolvimento" urbano, representações culturais que podem ser traçadas ao movimento mangubeat⁷, representações de memória urbana e de um Recife "roubado". Poderíamos assim construir a hipótese de que as mobilizações contra o Novo Recife fazem parte de um antagonismo pelo acesso a um capital simbólico, ligado também ao bairro histórico de São José que se concretiza no espaço do cais de José Estelita, mas tem a ver com os modos de viver e habitar a cidade e com a relação simbólica de cada sujeito ao espaço urbano.

Nesta hipótese se articula também a observação de certo "trauma urbano" que é acrescentado por vários autores. A abertura da Avenida Dantas Barreto (1971-1973) marcou um período de diminuição da população do bairro de São José que junto com a lógica de desenvolvimento de centros comerciais fechados, concentraram as populações com poder aquisitivo médio e alto para os bairros da Zona Sul e Norte da cidade. Em 1969, segundo Alves (2009: 175), "o valor do solo do Recife apresenta ainda coerência com a teoria de centralidade, segundo a qual os preços mais altos se concentram nas áreas centrais da cidade, apesar de que já apareciam em Boa Viagem"

⁶ Para Bourdieu o "as diferentes posições no espaço social correspondem estilos de vida, sistemas de desvios diferenciais que são a retradução simbólica de diferenças objetivamente inscritas nas condições de existência" (BOURDIEU; MARTIN, 1976; 18-43)

⁷ O movimento mangu-beat ou mangu-bit surgiu no começo da década de 1990 como movimento de música em Recife como uma fusão de elementos diferentes do maracatu, música eletrônica, funk, hip hop. Entre suas temáticas o movimento se referenciou muito nas representações culturais da cidade do Recife como as obras do geógrafo nutricionista Josué de Castro influenciando assim as cenas culturais da cidade.

(zona sul). Para alguns autores, a prevalência de um comércio popular no bairro de São José é signo de uma "resistência simbólica cultural" (LACERDA, 2021: 135-158) dentro de um contexto de desvalorização dos bens históricos que não são atraentes para os agentes sociais de classe alta. Tais bens incluem também relíquias do modernismo recifense que tornam-se também um campo de antagonismo social (MACIEL, 2021) entre ocupações de edifícios (MORAES, 2022), revalorização patrimonial e tentativas de revitalização (JACQUELINE, 2021).

Projeto Recife Olinda, Complexo Turístico Cultural Recife-Olinda, projeto Novo Recife e seus antecedentes (Projeto Capital, projeto MetrÓpole Estratégica 2003/2015)

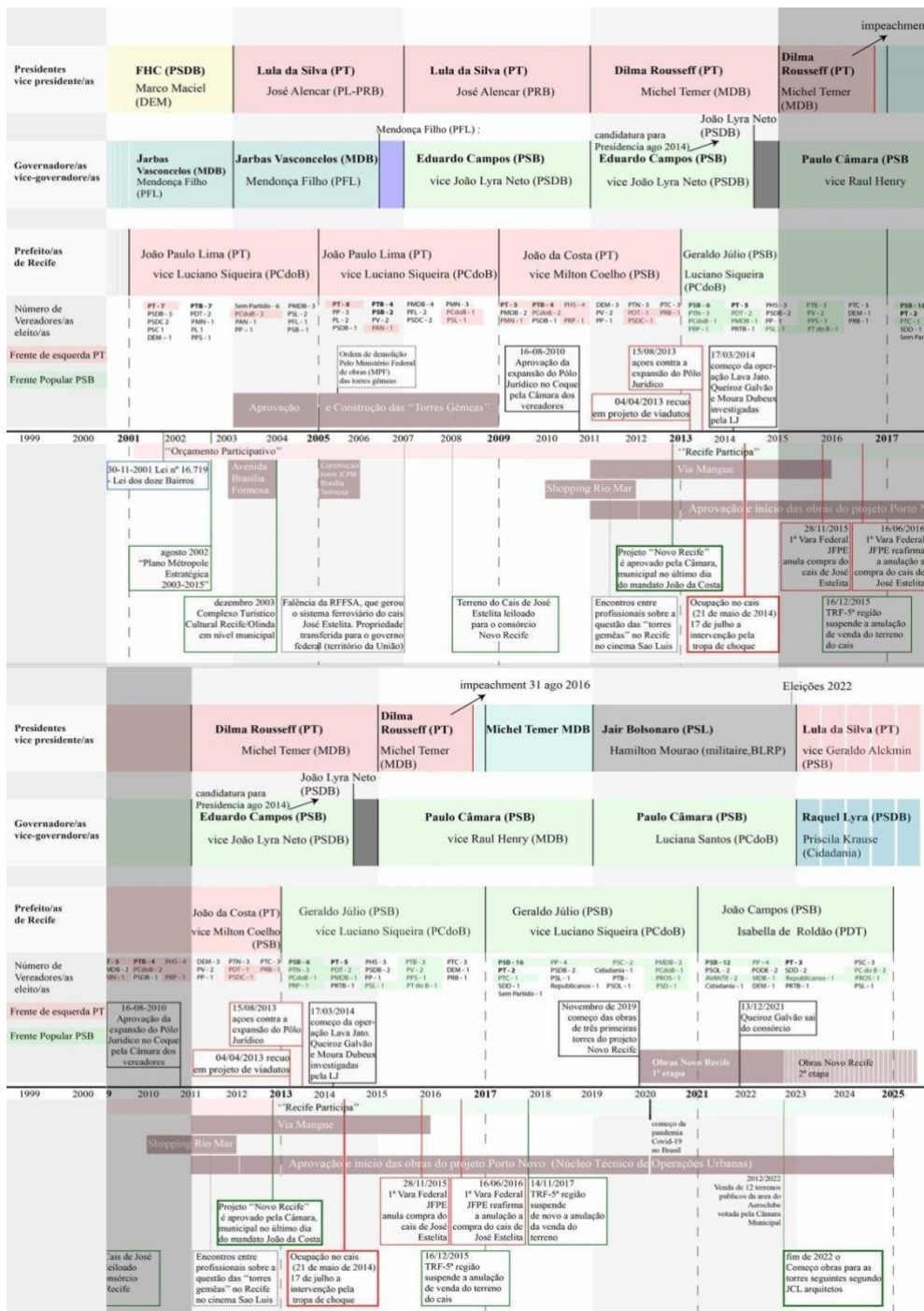
O plano MetrÓpole Estratégica de 2002 tinha como objetivo formar as diretrizes para o desenvolvimento do Recife e RMR entre 2003 e 2015⁸, através de estudos socioeconômicos para treze municípios (FIDEM, 2005: 8). O município do Recife é identificado município com grandes tendências de desenvolvimento e com "conflitos no uso e ocupação do solo" (FIDEM, 2005: 83-86). São destacados assim 10 territórios de oportunidades. No território "D" (que seria o equivalente dos bairros de Boa Vista e Santo Amaro) nos destacamos a "consolidação e expansão do Polo Médico – que tem alta repercussão no ordenamento do uso do solo" e a instalação do terminal de estação de containers no Porto de Suape (FIDEM, 2005: 89), município de Ipojuca no sul da RMR. Na época, o desenvolvimento das atividades do Porto de Suape podia servir como argumento para a desativação das atividades comerciais restantes no Porto do Recife, que passou por uma desativação gradual desde os anos 1970. Aliás, o plano MetrÓpole Estratégica incluía as áreas da malha urbana histórica como áreas destinadas para crescimento turístico.

Por sua vez, o projeto Recife-Olinda (2006) vem se articulando em duas fases diferentes em nível municipal e estadual: a primeira em 2003, intitulada "Complexo Turístico Cultural Recife-Olinda" e a segunda, em 2006, como "Projeto Urbanístico Recife-Olinda". O projeto de 2006, desenvolvido pela empresa pública portuguesa "Parque Expo", veio em uma parceria entre Governo Federal, governo de Pernambuco, as prefeituras do Recife e de Olinda, que reconheceram a empresa "Porto digital"

⁸ Uma parceria entre a Condepe/Fidem, o Banco Mundial, o Plano de ação da ONU "Cities Alliance - Cities Without Slums", o Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA).

(PREFEITURA, 2003: 25) como agente principal para o encaminhamento do projeto. As duas versões têm diferenças entre 2003 e 2006, entre outras, em relação às imagens de suas modelagens tridimensionais. Na versão de 2003, especificamente para o cais de José Estelita, apresenta-se uma verticalização moderada, em relação à versão de 2006 (PREFEITURA, 2003: 86). Em 2005, o Projeto Urbanístico Recife-Olinda foi assinado pelas quatro partidas alinhadas (ROLNIK, 2012) e pelo recém-criado Ministério das Cidades (2003). Segundo a urbanista Raquel Rolnik, em 2007 quando o governo do estado mudou (passou da gestão Jarbas Vasconcelos/MDB para a gestão Eduardo Campos/PSB - ver figura 4), não se deu continuação no projeto (ROLNIK, 2012).

Figura 4. Apresentação esquemática das gestões em níveis federal, estadual e municipal, as alianças políticas em nível municipal e cronograma esquemático dos projetos citados durante cada gestão.



Fontes: BRASIL (2022), DIREITOS URBANOS (2022), RECIFE (2022).

Entre 2003 e 2006, a construção das "torres gêmeas"⁹ – na frente do bairro histórico de São José – estava sendo discutida¹⁰ no Conselho de Desenvolvimento Urbano (CDU) da prefeitura. O projeto para três torres de 27 pavimentos foi alterado para 2 torres de 40 pavimentos desde que um dos terrenos da marinha não foi liberado para a terceira torre. As torres foram incluídas na modelagem tridimensional dentro da segunda fase do "projeto urbanístico Recife-Olinda" (2006) mesmo se a disputa judicial contra a sua construção estava continuando¹¹. Sem limite de gabarito para a proteção integrada dos conjuntos históricos de São José é fácil fazer a hipótese que as antigas áreas industriais subutilizadas iriam servir para o máximo de extração de valor. Neste sentido, o projeto "torres gêmeas" foi um facto consumado que influenciou os gabaritos do processo de verticalização da ilha Antônio Vaz (ver figura 1).

O "projeto Urbanístico Recife-Olinda" tinha como proposta quatro núcleos de territórios urbanos envolvendo áreas urbanas do Recife e de Olinda e um modelo de gestão proposto para operacionalizar a sua aplicação, com financiamentos governamentais – Morar no Centro, Monumenta, Prodetur, Prométropole, Porto Digital e Habitar Brasil – (MDR, 2006: 5) e privado. O projeto se refere também nos Planos "Metrópole 2010" (1998) e "Metrópole Estratégica" (2002) como antecedentes do Projeto Urbanístico Recife-Olinda». O mapa de Zonas de Intervenções (MDR, 2006: 12-13) disponibilizado inclui todas as áreas em conflito que o grupo DU destacou, a partir da construção das "torres gêmeas" do Recife (2005-2009), até 2017, ano em que as ações do MOE e do DU diminuíram consideravelmente dentro do contexto político pós-impeachment da Presidenta Dilma Rousseff, do processo de investigação do Presidente Lula da Silva e da eleição de Jair Bolsonaro no fim de 2018.

Entendemos os projetos que surgiram através do Projeto Urbanístico Recife-Olinda, conseqüentemente, o projeto Novo Recife, como casos de "gentrificação por novas construções". Este termo, usado por Lees, Slater e Wyly (2007: 310), se refere na gentrificação que ocorre através de novas edificações

⁹ As denominadas "torres gêmeas" são o Edifício Píer Duarte Coelho e Píer Mauricio de Nassau e foram projetadas por "JCL arquitetos", o gabinete que projetou o edifício "JCPM" em Brasília Teimosa, e parte das torres do projeto Novo Recife. As "torres gêmeas" são produtos da empresa Moura Dubeux, que faz parte do consórcio Novo Recife. Por sua vez o Grupo imobiliário JCPM que investiu no complexo comercial JCPM e o edifício JCPM em Brasília Teimosa, faz parte do conglomerado de mídia SJCC, que inclui um dos maiores sites de notícias de Pernambuco (JC Online).

¹⁰ Uma Ação Civil Pública (ACP nº. 2005.83.00.004462-1) em 2005 tentou de anular a aprovação do projeto.

¹¹ Em dezembro de 2007, a 6a. Vara da Justiça Federal em Pernambuco, em sentença da lavra do juiz federal Hélio Ourem, determinou a demolição das obras dos edifícios.

construídas em áreas anteriormente não edificadas – terrenos vagos – ou edificações usadas para fins não residenciais – em sua maioria grandes áreas e velhos galpões industriais ou espaços portuários. Atualmente, o conceito de gentrificação é usado para explicar fenômenos urbanos amplos e para descrever a transformação dos espaços através do fluxo do capital pela cidade, entre outros. A "liquidação" da definição e do uso do termo da gentrificação é talvez um signo de uma era na cidade em que se aceleram as transformações urbanas. O geógrafo David Harvey já destacou o processo de investimento em infraestrutura urbana e no setor imobiliário para "superar" as crises do capitalismo. No contexto do caso sob observação, a Copa do Mundo de futebol (2014) e os jogos Olímpicos (2016) são paradigmas deste tipo de processo em que as cidades se requalificam. O caso do programa Minha Casa Minha Vida (MCMV) e dos Programas de Aceleração do Crescimento (PAC 1 e 2), especialmente no seu período da primeira gestão Dilma Rousseff (2011-2014) foram amplamente comentados em relação com a sua ligação ao mercado imobiliário e a aceleração da economia do Brasil (HARVEY; MARICATO; ZIZEK; DAVIS, 2013) considerando a recessão econômica que começou nos EUA em 2008.

Novas edificações vêm criando uma nova sociabilidade que tem o objetivo de atrair mais investimentos. Esta lógica – que aparece como crítica do MOE (OCUPE ESTELITA, 2014) aos projetos – parece também estar presente nas transformações urbanas das últimas duas décadas no entorno da bacia do Pina. Sem negar os avanços em termos de qualidade do espaço urbano, nós observamos que obras como Avenida Brasília Formosa antecederam a proposta de hotel pela empresa "Rio Ave" em 2014 e da torre "JCPM" em BT, assim como Polo Jurídico foi predecessor das propostas urbanísticas na ZEIS do Coque, as torres gêmeas precederam o projeto Novo Recife. Com isso, criaram espacialidades autorreferenciadas que, em seguida atraíram investimentos, mudando os fluxos, os usos e o valor dos terrenos do seu entorno (figura 3).

Mudanças no campo político municipal e estadual que formaram o quadro de antagonismo para o cais de José Estelita

Considerando a figura 4, nós podemos observar a mudança de articulação entre os campos municipal, estadual e federal. Com a decadência eleitoral do PT, Geraldo Júlio desde 2013 na prefeitura do Recife, e Eduardo Campos (PSB) como

governador (ambos do PSB), o partido lança a candidatura de Eduardo Campos para a presidência em 28 de julho de 2014. Com a operação Lava Jato em andamento desde março de 2014, junto com as manifestações de 2013, abre-se um espaço para manobras políticas. Segundo a entrevista com um urbanista que fez parte do Núcleo Técnico de Operações Urbanas (NTOU) durante o primeiro mandato de Eduardo Campos (NASCIMENTO, 2022):

Quando Eduardo Campos entrou, Geraldo Julho era secretário de planejamento dele e dentro da secretaria ele criou o NTOU. Eu trabalhei de 2007 a 2008. (...) O terreno do cais ainda não tinha sido liberado. A marinha mudou de ideia, a RFFSA era complicada. Eles não conseguiram liberar o terreno. Quando entrou Eduardo Campos em 2007 uma das decisões foi não abandonar o Porto (do Recife). (...). Não desativar o Porto, porque uma das expectativas do Recife - Olinda era que o porto fosse completamente desativado. (...) O terreno do cais, que até o final de 2008, que foi enquanto eu estava trabalhando lá, ele não tinha ido a leilão, ele ainda era um terreno que poderia ser comprado pelo estado, por exemplo, ou pela prefeitura, ou si fazer uma operação urbana específica para ali. Ele tinha possibilidades, e claro que ali nessa equipe aonde a gente que estava (...) a gente sabia que principalmente naquele trecho, o projeto era muito ruim. Então com essas possibilidades todas, chegamos a fazer alguns estudos de outro tipo de ocupação para aquilo ali.

A partir disso, podemos analisar a importância da candidatura presidencial do PSB e as suas repercussões na questão do cais de José Estelita. Tal repercussão é mais marcante levando em conta o redesenho do projeto em 2015, duramente criticado por membros do DU pelo uso dos processos de planejamento participativo (VAREJÃO, 2018: 116) para meios de aprovação¹² de um plano já revisado (FRANÇA, 2015), ao contrário do posicionamento do governo Eduardo Campos em relação a projetos desta magnitude, como o dos viadutos da avenida Agamêmnon Magalhães, ao redor do Polo Médico da cidade, no bairro de Boa Vista, em 2012. Época em que, segundo o urbanista entrevistado (NASCIMENTO, 2022), surgiu uma reação contra o projeto dos viadutos que debateu a intervenção:

(Eduardo Campos) Ele tinha uma visão de estado. Mas qual é o principal episódio nesse ano de 2012, quando veio Eduardo campos, que eu acho

¹² Na época do redesenho do projeto Novo Recife, a presidenta (Evelyne Labanca) do Instituto da Cidade Pélopidas da Silveira, órgão regulador das operações urbanas na cidade do Recife, entregou o seu cargo após a interferência dos interesses privados nos procedimentos do redesenho. Isso revelou que enquanto o poder público aceitou a revisão do projeto Novo Recife, a través de processos participativos (audiências públicas, etc.), a prefeitura estava dialogando com o consorcio Novo Recife sem considerar o plano urbanístico elaborado pelo ICPS, incorporando propostas as propostas da sociedade para o redesenho.

que mostra essa relação pouco diferente do que essa da prefeitura. Chegou 2012, isso por conta de Joao da Costa, um projeto antigo que foi ressuscitado. Um projeto antigo mesmo. De construção de viadutos sobre a avenida Agamêmnon Magalhaes (...). E de fato houve encontros chamados pelo governo do estado para debater esses viadutos e chamavam Mucio e o grupo que tinha que juntar, para debater, foram vários. E aí eu fui para alguns e tal. E aí não sei depois de quantos não vou lembrar. Mas apareceram vários técnicos com opinião contrária dizendo olha vai ter que colocar um semáforo, você vai criar um engarrafamento em cima do viaduto, não vai resolver nada (...). (Eduardo Campos) Ele disse olha, eu chamei vocês aqui porque eu queria falar no primeiro a mão, eu vou fazer um anúncio público, mas antes eu dar a resposta para vocês... (...) nós não vamos avançar agora neste momento com a proposta dos viadutos.

Na gestão 2007-2010 nós temos uma coabitação entre o PT, em nível federal – Lula da Silva (PT), vice José Alencar (PRB) –, PSB, em nível estadual – Eduardo Campos (2007-2010) no governo de Pernambuco – e também PT na prefeitura por duas gestões, entre 2005-2012, com João Paulo (2005-2008) e João da Costa (2009-2012). Já na gestão 2011-2014, temos a coabitação no nível federal – Dilma Rousseff (PT), vice Michel Temer (MDB) – e o PSB, nos níveis estadual e municipal, com Eduardo Campos (2011- agosto de 2014) e Geraldo Júlio, a partir de 2013, respectivamente (ver figura 4). O alinhamento do PSB em nível municipal com o governo do estado, criou as possibilidades de abrir espaço nas negociações em nível federal (presidenta Dilma Rousseff/2011-2014). Essa rearticulação entre Governo Federal, governo estadual e nível municipal criou novas arritmias no encaminhamento do Plano Urbanístico Recife-Olinda.

A arquiteta urbanista Raquel Rolnik defendeu o Plano Urbanístico Recife-Olinda argumentando que estavam previstos "1/3 de habitação popular nas novas áreas a serem construídas". Segundo o seu blog, o projeto passou a ser aprovado pelo Ministério das Cidades em 2005, durante o seu cargo entre 2003 e 2007, articulando órgãos do Governo Federal e do IPHAN (ROLNIK, 2012). No texto do Projeto Urbanístico Recife-Olinda é notado que, para a área do Cais de José Estelita: "destinação de parte da área para o mercado popular de habitação, comércio e serviços" (MDR, 2006: 49), mas sem percentual da área do cais ou do número de habitações determinadas para habitação social.

O argumento da urbanista parece ser baseado no eixo sobre as áreas de construção em que está sinalizado ("Do total de 7.692 novas unidades habitacionais propostas, 1.824 são destinadas ao mercado popular, o que representa o 23.7% do

total"). Essa nota não se refere a um território específico do projeto, mas ao total das intervenções do projeto Recife-Olinda. Essa nota não se refere a alguma parte específica do projeto, e sim ao total das intervenções do projeto. Na página seguinte do projeto, uma tabela concentra a quantidade de área construída para, entre outros, o "Mercado Popular", que não é o equivalente da área referenciada pela urbanista. No entanto, mesmo se o plano foi abandonado pelo governo Eduardo Campos, como um projeto articulado, ele foi usado como referência durante a primeira apresentação do projeto Novo Recife para o público (MAYKO BASTOS, 2012). Segundo a entrevista com um dos urbanistas (NASCIMENTO, 2022) que fizeram parte do grupo DU, notou em relação com a gestão de João da Costa, que esse último aprovou o projeto no CDU no último dia do seu mandato (27 de dezembro de 2012):

Então foi um compromisso daquela gestão de dizer ‘ eu aprovo antes que entre o novo Prefeito’ , que foi Geraldo Júlio. Uma coisa que a gente apostava era que olha que a gente impede que seja aprovado, joga para a próxima gestão para ter um início de discussão. Mais aí eles preferiram não. Eles preferiram aprovar. E aí acho que foi bom entre aspas para os dois, porque um cumpriu a missão e o outro se livrou de um problema grave. Quer dizer não se livrou, porque depois veio vários problemas, mas pelo menos parecia que eles não estavam envolvidos porque já estava aprovado. Então eles fizeram assim (final de 2012).

Processos de formação de redes solidárias entre agentes da sociedade

Voltando a falar sobre as "torres gêmeas", em 2007 foi determinada a demolição da obra sob construção rápida desde 2005 e a permissão de construção foi anulada (MELO; TENORIO, 2007). A liberação final do projeto só chegou em 2011, com o edifício já construído, "pelo ministro do Superior Tribunal de Justiça José de Castro Meira que mantinha negócios com Marcos Meira, filho do magistrado". A empresa imobiliária MD mantinha negócios com o advogado Marcos Meira para a construção do Brennand Plaza¹³ (FERREIRA, 2016). Esse tipo de relações que "transformam relações institucionais em relações interpessoais" (PINÇON, PINÇON-CHARLOT, 2006: 14) são observadas a partir de círculos sociais que envolvem também associações. Neste caso, nós não podemos afirmar que é um caso desse tipo, como os autores apontam nas suas pesquisas. Entretanto, em sua entrevista em 2016, o historiador José Luís Mota Menezes notou, em relação às "Torres gêmeas" (MENEZES, 2016):

¹³ Família de Brennand - grandes proprietários e hereditários de latifúndios no Recife e na RMR

Quando eu fiz uma palestra sobre ética urbana, a ética do gestor, para os desembargadores do tribunal federal, um deles que eu vou citar agora, do Tribunal Superior de Brasília, me perguntou, estava com o processo na mão: o que é que o senhor acha dessas duas torres? Eu disse (...), essas duas torres si o senhor der parecer por sua demolição ou remoção ou coisa equivalia, o senhor vai dar um tiro no pé e dizer que a justiça é injusta. Porque ela está feita de acordo com a lei. Então a mesma situação se configurou em relação ao Estelita.

Esse raciocínio revela a distinção entre uma lógica de "silêncio do juiz" – nos casos em que a legislação urbana (por exemplo, em relação à conservação redor de um conjunto de patrimônio edificado) não é regulada de maneira a impedir certos tipos de projetos – e outra lógica em que uma decisão a favor da interdição do projeto poderia servir como "fato consumado" para o estabelecimento de novas regulações em relação à proteção dos arredores do patrimônio histórico ou para outros projetos futuros (visto o projeto Novo Recife). Percebe-se que o historiador não responde para o desembargador através de um argumento ligado à lógica de conservação da paisagem ou do redor, mas incorpora em seu discurso um argumento jurídico ou institucional sob a ocasião da realização de "seminário para a ética urbana".

Para o Movimento Ocupe Estelita, o Projeto Novo Recife foi criticado desde 2011 não só em relação com transformação de uma "paisagem cultural", mas também no tocante a inexistência de um plano urbanístico regulador para tal intervenção urbana (o Plano Específico); as irregularidades em relação ao leilão, realizado em 2008 (gestão de Joao Paulo-PT); outras irregularidades nos estudos técnicos, e pôr fim a essência "elitista" do projeto (OCUPE ESTELITA, 2014). Se, por um lado, o historiador foi a favorável ao projeto Novo Recife, na época de sua revisão pelo Consórcio Novo Recife – rejeitada pelo MOE e o DU – tendo feito a proposta de redução dos gabaritos dos prédios para a versão do redesenho de 2015 dentro de um grupo de trabalho, o historiador fez parte também da propaganda oficial do redesenho (CONSORCIO NOVO RECIFE, 2014). Alguns anos depois, ele parece a favor de uma "horizontalização mais completa" do Recife por causa dos problemas que o processo de verticalização desregularizada produziu na cidade (FUNDAJ, 2020). Na opinião do historiador em relação ao Projeto Novo Recife (MENEZES, 2016):

Ocupe Câmara! Porque, o que está consagrado é o que: a lei foi obedecida. Então você fica numa situação, quando você enfrenta uma situação já realizada, com investimentos os mais complexos... E fiz então naquela altura dois artigos de jornal, eu não sei si ainda tenho,

mas foi no Jornal do Comercio, chamado ‘ a gota d’agua’ , mostrando que o pessoal estar maluco, brigando, degradando, isso não é uma coisa que teria que ser, (teria que ser) uma solução de estado, uma solução de intervenção municipal e estadual. O que veio acontecer com Geraldo Júlio: Reúne, deixa de lado a aprovação feita açodadamente por João da Costa, sucedendo João Paulo, (...) e então embora o DU não tenha participado, por esse desvio de função que eles adotaram (...) eles desviaram a função como si fosse uma luta sem volta, dentro desse princípio que reúne os partidos mais de esquerda, que eu lamento, que são os chamados princípios Jesuítas, o princípio do radicalismo e a desobediência, isso não entra na minha cabeça como democracia. Então os DU não foram convidados pelo prefeito.

Percebe-se então, na fala do historiador, uma questão ideológica no entendimento dos processos institucionais que durante as suas entrevistas aparece consistente, mas o argumento mais forte parece ser a motivação "Ocupe Câmara". Nesta afirmação reconhece-se um raciocínio em que para mudar a situação urbana da cidade é necessário "ocupar" a Câmara (e não o cais), significando mudar o campo político pelo menos no nível da prefeitura, afirmação que não parece deixar espaço para o planejamento participativo. Em relação ao atraso das obras do Consórcio Novo Recife por causa da ocupação dada ao Cais de José Estelita e tendo contato com os profissionais das empresas do consórcio Menezes afirma (MENEZES, 2016):

Agora disse que o projeto estar aprovado, mas entrou na fase mais crítica que é a fase assim do impeachment, a partir de um determinado momento, avia uma certa ideia do que existia uma situação excelente e a situação estourou por uma causa qualquer não importa, e daí lá você entra no campo da política, a crise investiu basicamente o descrédito com investimentos. Com isso reduziu-se de quarenta por cento (40%) de vendas anuais de unidades habitacionais para quatorze por cento (14%), no Rio de Janeiro, São Paulo e Recife. (...). Não é que nenhuma das empresas estejam falidas. Não, eles têm capital para aguentar. Mas eles não podem manter o sistema de construir um prédio com recursos do outro. Com isso Moura Dubeux estar com as empresas associadas a ela, estar vamos dizer sem condição de iniciar.

Por outro lado, em entrevista em 2022, sobre o redesenho do Projeto Novo Recife de 2015, um representante da empresa MD destacou em relação ao processo de construção das próximas torres do projeto Novo Recife além das três primeiras já construídas (MENDONÇA, 2022):

Mas assim toda a demanda que foi obtida de todos os debates, elas foram incorporadas nos projetos, assim, todas as demandas principais. Assim, essa questão de verticalidade foi muito, assim, difícil, para incorporar. Você fazer um prédio, imagine, isso não existe quase no Brasil um prédio de salas comerciais com dois mil metros (inaudível), teve que colocar aqui dois mil metros (inaudível), para atender a caixa

econômica, tivemos em Brasília para tentar adequar o projeto, a caixa econômica concordou e depois a caixa econômica pelo tempo foi embora. Quer dizer veja que prejuízo causou essa demora toda. (...). O que pode ser mexido é exatamente a adequação da necessidade de vida de cada momento. A gente tinha inclusive, jamais atrás que talvez tivesse uma demanda para apartamentos muito grandes, a gente vê que não. Agente vê que tem que diminuir o tamanho dos apartamentos, tem que caber no bolso das pessoas, tem que trazer mais a possibilidade de quanto mais pessoas poderem comprar e ir para ali, melhor. (...). Isso mudou entre 2015 e agora.

Estas afirmações revelam a importância do atraso da aprovação final do projeto causada pelo MOE e mudanças na articulação do Consórcio (Moura Dubeux, Queiroz Galvão, Ara e GL empreendimentos). Esse atraso até o redesenho de 2015 deixou as obras do projeto Novo Recife vulneráveis na crise política que surgiu com o impeachment de Dilma Rousseff e a operação Lava Jato com as suas repercussões na área da construção. Desde 2016 o conglomerado industrial Queiroz Galvão, parte do Consórcio Novo Recife e responsável também pelas obras da Via Mangue (figura 3), foi sendo investigado pela PF¹⁴. A empresa Moura Dubeux, entrou assim em processo de aquisição dos lotes da QG no cais de José Estelita desde 2021 por causa da saída da QG do Consórcio Novo Recife (CASTILHO, 2021). Nestes processos jurídicos se acumularam também ações judiciais que resultaram em várias anulações e suspensões das anulações do leilão realizado pela Caixa Econômica Federal em 2008.

Tendo a cidade dividida, a "luta pelo cais" não se trata de uma disputa política *stricto sensu*, mas de uma disputa entre redes de agentes sociais que formaram redes de poder e contra poder nos termos de Castells (2015: 9), em que disputas políticas e aspirações ideológicas *stricto sensu* existentes naquele momento formaram campos de posicionamentos, convergindo ou desordenando as redes existentes. Nas palavras de um membro do PSOL que fez parte das manifestações do MOE antes de se tornar militante deste partido (CARVALHO; MELO; 2022):

"Era a galera da esquerda. Muita gente ligada a ONG, eu era um desses né, muita gente ligada a coletivos, direitos humanos, muito estudante de faculdade, de urbanismo, muita gente, artista (...) não era um grupo partidário, não tinha, um, parlamentar. De nada. (...) a gente não era do PSOL, mas, Zé, ia, Edilson colava (Edilson Silva -antigo presidente do PSOL em Pernambuco), mas não tinha assim um (político), (...), (a gente) não entendia o partido como ator (...). João Paulo chegou (antigo prefeito com o PT), botaram João Paulo para

¹⁴ A investigação em relação às acusações de formação de cartel e de propinas (2 de agosto de 2016 - operação "Resta Um", 33ª fase da operação Lava Jato) teve impacto no encaminhamento das obras da QG (FOLHAPRESS, 2021)

correr, o pessoal do PT... "

Durante a primeira parte da pesquisa de campo foi possível a aproximação com agentes de cada lado do conflito quando tivemos o acesso a uma pessoa dentre elas. Deste modo, foi possível ter o contato de um escritório de arquitetura envolvido em projetos no bairro do Recife, e a partir deste contato inicial ter o acesso e as recomendações para entrevistar arquitetos, urbanistas e empresários das várias empresas envolvidas na urbanização do cais. Este tipo de pesquisa de campo é destacado pela socióloga Louise Claudino Maciel, que pesquisou distinções sociais em relação à habitação das classes média alta e alta nos apartamentos modernistas em diferentes partes da cidade do Recife (MACIEL, 2021). Esse método de pesquisa "bola de neve", em que o acesso aos entrevistados vem através das redes sociais de cada pessoa, pode formar também uma hipótese em que, em certos contextos, elas podem se transformar em "redes de solidariedade". O assunto da pesquisa tem o poder de mudar as pessoas que serão recomendadas para entrevistar e, como no caso do projeto Novo Recife, as aspirações ideológicas ou políticas poderiam, de fato, colocar alguém em um dos "dois campos" – a favor ou não deste projeto. Esse contexto seria então a "divisão dos arquitetos na cidade" como notou Menezes (2016) na sua entrevista, um contexto em que cada agente social se posiciona em relação a um conflito urbano. No, entretanto, existem relações entre políticos e entidades da sociedade, como a Associação das Empresas do Mercado Imobiliário (Ademi-PE) ou o Sindicato da Indústria da Construção Civil (Sinduscon-PE), com razoável visibilidade e formalidade¹⁵.

Mobilizações sociais através das redes digitais

O sociólogo Manuel Castells na sua chegada ao Brasil em 2013 comentou que as manifestações não tinham até aquele dia experiência de protestos através das redes digitais (CASTELLS, 2015: IX). A chamada "Primavera Árabe" (2010-2012), os "indignados" e o movimento de 15 de maio na Espanha (2011-2015) ou o "*Occupy Wall Street*" (setembro de 2011) pareciam estar longe da lógica de protestos no Brasil. Tal impressão é rompida com as Jornadas de Junho, que eclodiu contra o aumento do

¹⁵ Para os autores a transformação das relações institucionais em relações interpessoais é mediada por uma "militância" da "grande burguesia" através de clubes, de associações, etc. (PINÇON, PINÇON-CHARLOT, 2006: 11-18). Um exemplo equivalente seria a entrega do prêmio de jornalismo do sindicato da indústria da construção civil (Sinduscon), (PREFEITURA DO RECIFE, 2011)

preço das passagens do transporte público. Castells constrói assim uma narrativa sobre o antagonismo político que surgiu durante os protestos e influenciou o PT em nível Presidencial. Novas candidaturas políticas como Marina Silva (PT) tentaram romper com representações sociais e políticas relacionadas ao PT, já que esta última faz parte da comunidade evangélica do país (CASTELLS, 2015: 230-242).

O MOE organizou-se principalmente através do *Facebook* (e em medida menor através do *Instagram* e do *Twitter*). A plataforma permitia o diálogo através de comentários, a realização de reuniões digitais, a organização de eventos de vários tipos, enquanto outros aplicativos como o *Instagram* favoreciam mais outras funções (por exemplo: stories, vídeos ao vivo, entre outras). A condição para tomar parte nesse processo: um computador ou telefone com tela e acesso à internet. Por estas razões o *Facebook*, com a sua expansão nacional e mundial, se transformou na principal ferramenta das mobilizações do tipo *Occupy*.

Atualmente, 10 anos depois das Jornadas de Julho, os movimentos nas redes sociais digitais parecem ter mudado muito. O período 2016-2022 foi marcado por um aumento significativo e determinante de uso das redes digitais por militantes da direita conservadora, de comunidades evangélicas e de extrema direita. O fluxo destes agentes sociais se direciona em muitos meios diferentes: seriam organizados através do *Facebook*, *Instagram*, *Tiktok*, *Twitter* e através de aplicativos de mensagens como o *WhatsApp*, o *Telegram* e o *Signal*. Por outro lado, movimentos como o MST e MTST, parecem entrar nesse conflito nas redes digitais, também com a criação de seus próprios aplicativos para sustentar as suas causas¹⁶. Segundo os estudos de Felipe Melo Rose, a divulgação de vídeos produzidos pelos membros do MOE no *Youtube*, nas postagens dentro do grupo Direitos Urbanos no *Facebook*, foi importante. Na pesquisa de Nataly de Queiroz Lima nós observamos a existência de um grupo de comunicação e de uma "Brigada do Audiovisual" (LIMA, 2018: 185) responsável por grande parte dos vídeos em relação aos processos, as críticas e a divulgação dos apoios para o MOE. Percebe-se assim que o *Facebook* foi um polo de atração para muitas pessoas simpatizantes do MOE, e que o material divulgado na internet tentou reunir muitas plataformas: *Facebook*, *Youtube*, *Twitter* e *Instagram* sendo as principais.

Em relação ao grupo Direitos Urbanos no *Facebook*, na análise de dois grafos

¹⁶ Seriam os aplicativos "Contrate quem luta" do MTST, e o aplicativo "Arvoredo" do MST.

diferentes, (ROSE, 2017, p. 89) e (LIMA, 2018, p. 2010) propostos pelos dois autores que pesquisaram a formação de redes no *Facebook* do DU, nós podemos salientar a existência de uma equivalência disto que na sociologia é denominado como "laços fortes" e "laços fracos" dentro de comunidades territorializadas (FONTES, 2011: 55-58). O equivalente dos "laços fortes" seriam as pessoas que mais interagiram nos grupos digitais através de postagens de material audiovisual, mas também que mais argumentaram de baixo dos eixos de comentários em todas as postagens em relação a argumentos técnicos em relação à arquitetura e urbanismo, os problemas da cidade etc. Com isso podemos afirmar que existe uma ligação do capital cultural de cada agente com a capacidade de entrar em discussão sobre os problemas da cidade.

Essa observação entre "laços fortes" e "laços fracos", sendo os dois complementares na medida em que resultam em fortalecimento da mobilização e presença no espaço urbano, parece se manter nas redes digitais. Por um lado, isso significa que os laços sociais de vizinhança que existem, por exemplo, em uma comunidade territorializada de baixa renda no Recife, como estas descritas pelo sociólogo Breno Fontes (2011: 55-88), não foram primordiais e necessários para o surgimento deste tipo de comunidade virtual. Por outro lado, nós temos a presença de pequenos grupos formados na universidade, que são desterritorializadas em relação ao espaço de referência – o Cais de José Estelita – que até a primeira ocupação dada no interior do terreno (22 de maio de 2014), seria um espaço de alto simbolismo, mas não um espaço vivido nos termos de Henri Lefebvre. Segundo o urbanista entrevistado, a formação do grupo DU antes do MOE, começou a través da formação de grupos de cinema que tentaram abrir o debate sobre a cidade em 2011, juntando profissionais de vários setores (NASCIMENO, 2022):

Final de 2011, não me lembro exatamente a data, mas ouvi o lançamento desse filme no cinema da FUNDAJ no Derby na época que era coordenado por Kleber Mendonça, era coordenador do cinema, e muito próximo, e fez todo um debate (...) E ainda no final de 2011 (...) o cinema São Luís estava lotado, muita gente, um debate mais profundo do que muita... aí teve urbanistas questionando o pessoal de cinema e o pessoal de cinema questionando os urbanistas, e fico meio aquela coisa assim (...) E eu disse tá, a gente já sabe qual é a cidade que a gente não quer agora o próximo passo é discutir qual é a cidade que se quer. Aí ele gostou dessa fala, aí quando fez uma pergunta lá aberta, e quando fez essa pergunta ele repetiu essa coisa que eu tinha falado. Agente que ver agora qual é a cidade que a gente quer e tal...

Diante um processo de partilha, surge o grupo Direito Urbanos que reúne a

"brigada do AudioVisual", uma equipe de comunicação, uma equipe técnica e jurídica e um grupo capaz de mobilizar no *Facebook* (grupo Direitos Urbanos do *facebook*), buscando articulações no Conselho de Desenvolvimento Urbano (CDU), onde se discutem e se aprovam os projetos. Essas articulações seriam o representante do Instituto dos Arquitetos do Brasil em Pernambuco (IAB-PE), e a promotora de Justiça do ministério público de Pernambuco (MPPE)¹⁷ no CDU do Recife. Essa rede de solidariedade, formada através de encontros na universidade e nas audiências públicas sobre o projeto Novo Recife, mostra a importância da lógica do planejamento participativo e das audiências públicas, sendo espaços institucionais em que há possibilidades de formação de redes que articulam outras redes digitais. Nas palavras de Nascimento (2022):

Aí não sei como foi, pouco tempo depois foi marcada uma reunião já com o grupo ampliado, e eu acho que foi já uma tentativa de aproximação maior da universidade com essa coisa que estava acontecendo. (...). Então foi uma conversa, e assim foi quando entrou o pessoal do direito, porque até naquele momento você tinha pessoal do cinema, da arte, os urbanistas e arquitetos, e não tinha chegado ainda o pessoal do direito (...) E aí foi quando você tinha engajamento na internet crescendo. (...). Mudou, vamos abrir, vamos chamar, mais gente. Então você tinha isso na internet como fórum de discussão aberta, você tinha o pessoal do cinema agora mais alimentado com conteúdo, mais técnico, você tinha os artistas fazendo, continuando com movimentação, os arquitetos urbanistas se sentindo agora com, mais poder de reverberar, repercutir o que se discutia antes, eu me incluo neste grupo, mais agora tinha dois pontos que eram fundamentais, que era ter esse pé dentro do CDU e por mais complicado que o CDU fosse, mas inútil que ele fosse, mas era uma instância formal de aprovação.

Levando em conta as observações acima, salientamos a importância da estética do material propagandístico produzido pela "Brigada do Audiovisual", em que as relações sociais do espaço urbano recifense (dos bairros nobres até os bairros populares) são muito argumentadas em relação aos projetos que "negam" o espaço Público (MOBILIZEBRASIL, 2012). As relações de vizinhança talvez não existisse entre os participantes do Movimento Ocupe Estelita, antes da ocupação no cais, mas a relação com o "vizinho" transformada pelas operações urbanas dirigidas pelas empresas imobiliárias é existente, ou seja, a relação com o "outro", o "vizinho" ou o

¹⁷ A promotora de Justiça Belize Câmara do Ministério Público de Pernambuco, representante no CDU durante o processo de sua aprovação (27-12-2022), apontou uma série de irregularidades no projeto Novo Recife. Ela foi afastada do cargo de depois da primeira suspensão da venda do terreno do cais de José Estelita pela 1ª Vara da Justiça federal em Pernambuco, por causa de sua ação Civil Pública nº 00001291-34.2013.4.05.8300 contra o projeto Novo Recife.

"estrangeiro", é salientada. Para a cineasta Claire Allouche, o audiovisual produzido pelos movimentos sociais no Recife entre 2011 e 2016 faz parte de uma produção cinemática por "habitantes-cineastas" (ALLOUCHE, 2019), um tipo de cinema e de curtas metragens que favorece as percepções do espaço vivido e percebido no cotidiano do habitante em diversas áreas da cidade e por agentes sociais diferentes.

A rede de solidariedade do grupo digital é territorializada no espaço urbano, porém de maneira efêmera, em várias vezes, através da organização de atos, manifestações, concertos no entorno do cais. A territorialização do movimento em relação ao espaço de referência concreto – a ocupação do Cais de José Estelita – é também observada no número de interações e de postagens no dia da primeira ocupação no interior da parcela (ROSE, 2018: 61). Este argumento serve para demonstrar a importância dos equivalentes "laços fracos" da rede digital nos processos de reivindicação dos movimentos, e na sua presença nas áreas sob conflito. O período de primeira ocupação parece muito importante, com repercussões nos "laços fortes" e "laços fracos" digitais. O encontro efetivo com o outro mudou percepções e aspirações formando novos laços e novas redes convergidas. Poderíamos também comentar que se na rede digital os "laços fracos" seriam esses com menos engajamento nas discussões, durante a ocupação do terreno do cais essa relação muda por causa da importância da ocupação do espaço pelos corpos das/dos manifestantes.

Considerando, segundo Castells, que as mídias e redes digitais é um campo social utilizado como ferramenta para mobilizações sociais pela primeira vez com grande visibilidade no Brasil desde 2013 (CASTELLS, 2015), o MOE e o DU com a sua "Brigada do Audiovisual" a sua equipe jurídica e técnica, criaram uma "rede de contra poder" que tentou ultrapassar as redes existentes de poder dos meios de comunicação tradicionais. A visibilidade do movimento pelos jornais de maior circulação (Diário de Pernambuco e Jornal do Comercio) e o seu reconhecimento como sob o intitulado "MOE", aconteceu quando a imprensa não podia mais ignorar sua existência (ROSE, 2018: 44).

Deste modo, postagens em mídia como Carta Capital, as divulgações de material e reportagens por grandes jornais como Al Jazeera e El Pais, ARD/WDR – Tv pública na Alemanha) –, postagens por artistas reconhecidos, foram junto com compartilhamentos em massa, foram para o reconhecimento do movimento, sua visibilidade nacional e finalmente o seu reconhecimento como uma entidade da

sociedade civil pela prefeitura do Recife. Mesmo assim, o grupo DU não formou nenhuma associação formal para representar seus interesses. Tal escolha pode ser marco de uma tentativa de criar laços horizontais, sem negar a existência de hierarquias não visíveis, mas também sustentar uma pluralidade de vozes e por outro lado uma anonimidade para que esse movimento não possa ser identificado pelo olhar exterior através de facto representantes, mesmo se existiam agentes sociais que viraram referências através da participação nele.

O valor dessa visibilidade adquirida através das redes digitais, parece ser acrescentado pelo fato que uma página paralela se cria no Facebook, nomeada "Ocupe-se", para agrupar pessoas que poderiam ser a favor da implementação do Projeto Novo Recife na sua versão de 2012 e contra a ocupação dada no cais, em 22 de maio de 2014. Nesta página nós observamos postagens em que se tenta associar o MOE e o grupo DU como agentes políticos *stricto sensu* (OCUPE-SE, 2015), através da seleção de indivíduos e a associação deles com partidos políticos (como por exemplo, os partidos do PT e do PSOL). Neste caso o argumento é que mesmo se essa tentativa de associação política tem mérito, a tentativa de associação ela mesma tem motivação político-ideológica. A manipulação seria de identificar e reduzir as aspirações dos sujeitos somente através de suas aspirações políticas *stricto sensu* e não através de outras identidades dos sujeitos ou através de uma identidade coletiva criada a partir um movimento social como um todo. Em um dos posicionamentos registrados por uma militante do MOE (VAREJÃO, 2018: 118), durante da audiência pública para o redesenho do projeto Novo Recife esse campo político-ideológico é salientado:

O que nós temos aqui, pessoas, não é um problema urbanístico, por incrível que pareça, não é um problema de recuos, de gabaritos, de beleza, estética. O que está havendo aqui é o projeto, um problema ideológico. Isso, eles concordam. O que está havendo aqui é que uma parcela da população militante, uma parcela ativista, manipulada por algumas cabeças (inaudível), esse pessoal tem uma ideologia contrária à propriedade privada.

As relações das/dos jornalistas em relação à hierarquia das instituições, durante o conflito pelo Cais de José Estelita (Jornal do Comercio e Diário de Pernambuco) são destacadas por Rebeca Portela Melo (2017: 77-91). Nestas entrevistas foram destacadas as possíveis relações entre as construtoras do Consórcio Novo Recife e a diretoria de um jornal da cidade (MELO, 2017:79), os processos de censura e

autocensura através do funcionamento da hierarquia, e a reação negativa por parte dos participantes na ocupação do cais de José Estelita por causa da falta de confiança nos grandes meios de comunicação (MELO, 2017: 70). É destacada também a relação entre o financiamento dos partidos políticos (PSB e PT) para as eleições municipais 2000 e 2012 (VAREJÃO, 2018: 73-74). O MOE virou espaço de convergência de amplos grupos sociais durante um mês de ocupação do Cais de José Estelita. O espaço do cais se transformou em um espaço em que várias redes sociais se encontram e se articulam. Assim são destacadas divergências internas na ocupação em relação à questão de classes dentro do movimento (ROSE, 2017: 89-91). Segundo entrevista com um participante no MOE de um bairro popular da zona norte do Recife:

Existia uma divisão entre parte dos manifestantes que viam a ocupação como uma ferramenta para pressão social organizada de maneira formal e uma outra parte que queria começar a viver no espaço para que isso tornasse uma verdadeira ocupação...

Segundo Nascimento (2022):

Eu não estive dentro do acampamento, eu não acampeei, mas me parece que essa, isso que eu estou falando em 2012 no nível moderado, quando você coloca pessoas mais jovens, com mais tempo, com mais energia, com mais hormônios, junto por uma causa muito bem definida, porque aí é talvez também que tem a grande diferença do que é Ocupe Estelita e Direitos Urbanos. (...). Tem o problema de Estelita como referência, mas passa por muitas outras coisas né, e vem gente com outra experiência. Quando você tem o Ocupe Estelita, e o Ocupe Estelita se materializa dentro do terreno no cais, e daquele jeito, ali via um outro organismo. (...) eu acho lá em 2014 chegou a ter cento e poucas pessoas, dormindo, né? E em momento de evento tinha muito mais, mas ela falou de ter passado a noite lá, falando de quem acampou naqueles vinte e pouco dias. Então essas relações aí, com essa coisa comunitária, isso vai para um nível muito mais profundo né. Muito mais profundo.

Por outro lado, em relação com as diferentes distinções dos ocupantes do cais, Cavalcanti (2022), socióloga entrevistada, afirmou:

Então o que eu notei na época eram umas dificuldades que envolvem um movimento social que se diz horizontal. Essa horizontalidade é questionada assim, porque ta beleza, quem é que ia propor as atividades, desde onde vai sair ou o que é que vai ocupar, quando é que vão ser feitas as coisas, para mim, não esteve muito claro, eu não consigo identificar vamos dizer assim quem eram as galeras, sabe? Eu entendia (...), que a galera dos Direitos Urbanos era uma galera mais legalista por ser uma galera acadêmica mesmo assim. Por ser uma galera que estava discutindo o Plano Diretor da cidade, por ser uma galera que estava produzindo muitas outras possibilidades de uso do

espaço do cais e tal, não entendia necessariamente como duas posições antagônicas dentro do movimento, eu acho que entendia que cada um ia chegando com que tinha, a galera do Coque Resiste tem uma outra pegada de um movimento mais organizado mais antigo, de uma demanda muito mais popular, enfim, para mim visualmente assim de fora, não dentro, de pesquisadora e de pessoa que estava participando, não era clara essa distinção como concorrente, mas para mim era uma coisa assim: cada um vai chegar colocando o que pode (...) Até porque, eu não achava que a solução ia ser uma das as que estavam sendo postas sabe? Mas que na verdade era uma pressão, para chegar no meio termo, para se conversar assim.

O conflito em relação com o projeto Novo Recife influenciou também as comunidades do entorno, principalmente o bairro popular do Cabanga e as associações de moradores do bairro do Coque, desde que habitantes do bairro próximo do Coque e um representante da ZEIS adjacente do Cabanga se posicionaram a favor do projeto Novo Recife (OCUPE ESTELITA, 2014). Outras partes de associações de moradores do Coque, se posicionaram contra, inclusive integrantes do movimento Coque Resiste. Desse modo a disputa pelo cais se transferiu no interior das comunidades do entorno, comunidades com redes territorializadas. O movimento Coque Resiste que surgiu em antes do grupo DU e do MOE tinha atuado junto com ativistas de ONGs e do DU contra um projeto imobiliário no norte do bairro do Coque (Ilha Joana Bezerra) (figura 3) bloqueando as propostas urbanísticas que queriam abrir o bairro para o setor imobiliário.

Considerações finais

Um contraste bastante existente é este entre os movimentos sociais urbanos e das comunidades ou movimentos comunitários de base com redes territorializadas, em relação com a efemeridade dos laços sociais. Além disso, redes sociais no nível de agentes sociais com grande acumulação de capital econômico, cultural ou simbólico são percebidas como bastante consolidadas, na medida em que outras redes de contra poder as questionam. Neste último caso, se a hipótese em que a desarticulação e rearticulação das redes de poder em nível municipal, estadual e federal (2013-2014) é válida e criou-se um espaço político aberto para exploração pelos movimentos sociais em relação com as questões urbanas, existe espaço aberto para explorar como o MOE e o DU impactaram as redes de poder entre agentes com grande capital econômico. Os movimentos de luta de bairros, ou as organizações de base e coletivos nos bairros populares podem ser abordados, discutidos, primordialmente através de suas próprias

redes sociais e territorialidades que produzem a localidade. É preciso então formar um objeto de estudo e classificar para o entender e analisar. Mais, no momento, em que a “imagem” das redes de poder for identificada, analisada, representada, ela já faz parte do passado.

Entre uma percepção que classifica os movimentos sociais urbanos apenas só na sua efemeridade, salientamos que o MOE faz parte de um processo que surgiu através do compartilhamento de uma relação sensível com os espaços urbanos do Recife e com as críticas realizadas atingindo grandes partes da sociedade. Neste sentido, o início do MOE se posiciona nestes primeiros grupos em que se compartilham frustrações em relação com a vida na cidade do Recife através de uma nova estética de cinema, e que de seu lado esses grupos se basearam em experiências e hábitos que foram formados por outras experiências precedentes.

Neste caso a convergência do MOE, através de uma territorialização e produção da localidade no cais de José Estelita se desterritorializou, e em seguida formou novas redes, em que naquelas os sujeitos não se auto identificam evidentemente como integrantes do "Ocupe Estelita". Entre muitos episódios da vida urbana no Recife, durante a pandemia, ou casos como este do "menino Miguel" em 2020, os projetos no parque da Tamarineira e a liberação de espaços para a construção civil na antiga área do Aeroclube na comunidade do Bode em 2022, nos salientamos a importância de uma perspectiva que possa abordar redes sociais em construção contínua que produzem uma "localidade" deslocada através de redes sociais digitais em que as distinções dos agentes sociais terão um papel importante.

Referências:

- ALLOUCHE, Claire. **Recife filmée (2011-2016)** : de l'occupation urbaine à une possible habitabilité, 19 de fevereiro de 2019. Disponível em: <<https://www.alepreuve.org/content/recife-filmee-2011-2016-de-loccupation-urbaine-une-possible-habitabilite>>. Acesso 22 dez. 2022.
- ALVES, Paulo Reynaldo Maia Alves. **Valores do Recife**. O valor do solo na evolução da cidade. Recife: Luci Artes Gráficas Ltda, 2009.
- BRASIL, Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, **Eleições**. [Recife]: TRE-PE, [2022]. Disponível em : <https://www.tre-pe.jus.br/eleicoes>. Acesso 31 dez. 2022.
- BOURDIEU, Pierre; MARTIN, Madame Monique de Saint. Anatomie du goût. In : **Actes de la recherche en sciences sociales**, v. 2, n. 5, p 18-43, outubro de 1976.
- CANALVURTO. **Recife MD**. Youtube, 9 de novembro de 2011. Disponível em: <<http://vimeo.com/31354876>>. Acesso 22 dez. 2022.

- CARVALHO, Luanda, MELO, Vitor. Luanda Carvalho e Vitor Melo: depoimento [mar. 2022]. Entrevistador: Fivos de Brito Karagiorgas. Recife 2022. 2 arquivos mp3 (65min). Documento sonoro concebido a Revista Interlegere (UFRN).
- CASTELLS, Manuel. **Networks of outrage and hope. Social movements in the internet age**. 2ª edição (2012), Cambridge: Polity Press, 2015.
- CASTILHO, Fernando. BTG Pactual compra parte da Queiroz Galvão no projeto Cais José Estelita: Banco entrou com o compromisso de repassar a área para a construção de novos edifícios do empreendimento na Avenida José Estelita. **JC Online - UOL**, Recife, 13 de dezembro de 2021. Disponível em: <<https://jc.ne10.uol.com.br/colunas/jc-negocios/2021/12/14920897-btg-pactual-compra-parte-da-queiroz-galvao-no-projeto-cais-jose-estelita.html>>. Acesso em: 22 dez. 2022.
- CAVALCANTI, Cristina. Cristina Cavalcanti: depoimento [mar. 2022]. Entrevistador: Fivos de Brito Karagiorgas. Recife [2022]. 1 Arquivo mp3 (60min). Documento sonoro concebido a Revista Interlegere (UFRN).
- CONSORCIO NOVO RECIFE. José Luiz da Mota Menezes - Novo Rec 04 05. Youtube, 30 de junho de 2014. Disponível em : <https://www.youtube.com/watch?v=gB_eJGtD_aQ&ab_channel=Cons%C3%B3rcioNovoRecife>. Acesso em: 22 dez. 2022.
- DIREITOS URBANOS. Disponível em: <<https://direitosurbanos.wordpress.com/>>. Acesso em 22 dez. 2022.
- FERREIRA, Flavio. Ministro do STJ julgou a favor de empresa que tinha negócio com filho. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 3 de dezembro de 2016. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/12/1838024-ministro-do-stj-julgou-a-favor-de-empresa-que-tinha-negocio-com-o-filho.shtml>>. Acesso em: 22 dez. 2022.
- FRANÇA Inácio. O Recife tem dono?. Marco zero, Recife, 15 de junho de 2015, Disponível em: <<https://marcozero.org/o-recife-tem-dono/>>. Acesso em: 22 dez. 2022.
- FONTES, Breno Augusto Souto Maior Fontes. **Redes Praticas Associativas e Poder Local**. Curitiba: Appris, 2011.
- FIDEM. **Metrópole estratégica - Região Metropolitana do Recife**. Recife, FIDEM, 2022.
- FOLHAPRESS. Queiroz Galvão vence licitação após investigações da Operação Lava Jato: A empreiteira assumirá a construção de um trecho adicional de 115 quilômetros da transposição do rio São Francisco. **Jornal o Tempo**, Belo Horizonte, 10 de junho de 2021. Disponível em: <<https://www.otempo.com.br/politica/queiroz-galvao-vence-licitacao-apos-investigacoes-da-operacao-lava-jato-1.2497242>>. Acesso em 22 dez. 2002.
- FUNDAJ. **Memoria urbana do Recife por José Luís Mota Menezes**. Youtube, 28 de outubro de 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=zVA0sDrtXrU&t=889s&ab_channel=Funda%C3%A7%C3%A3oJoaquimNabuco>. Acesso em: 22 dez. 2022.
- GERARD, Alexander. Institutionalized uncertainty: the rule of law and the sources of democratic stability. In **Comparative Political Studies**. v.35. n.10, dezembro de 2002. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/001041402237946>. Acesso em 22 dez. 2022.
- GHIONE, Roberto. **Patrimônio além da arquitetura: O edifício Caiçara, os movimentos sociais e o direito a cidade**. Vitruvius, Recife. 17 de outubro de 2016. Disponível em: <<https://vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/17.195/6256>>. Acesso em: 22 dez. 2022.
- MARICATO, Ermínia. É a questão urbana, estúpido! In: HARVEY, David; et al. **Cidades**

Rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil, 1ª Edição, São Paulo: Boitempo/Carta Maior, 2013.

JACQUELINE, Fraga. Frente Parlamentar pelo Centro do Recife apresenta balanço das ações realizadas. Grupo, presidido pela vereadora Cida Pedrosa, reuniu-se nesta segunda-feira (6). **Folha de Pernambuco**, Recife, 6 de dezembro de 2021. Disponível em:

<https://www.folhape.com.br/noticias/frente-parlamentar-pelo-centro-do-recife-apresenta-balanco-das-acoes/208413/>. Acesso 22 dez. 2022.

KOSTER, Martinj; NUIJTEN, Monique. From preamble to post-project frustrations: The shaping of a slum upgrading project in Recife, Brazil. In: **Antipode**, v. 44, n.1, p.175-196, 27 maio 2011. Disponível em: <<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/j.1467-8330.2011.00894.x>>.

Acesso: 22 dez. 2022.

LACERDA, Norma. Alugam-se imóveis no bairro de São José: pouco importa o valor histórico-cultural dos bens materiais. In: PONTUAL, Virginia, CABRAL, Renata, PEREIRA, Juliana Melo, LIRA, Flaviana. **São José: olhares e vozes em confronto**. Recife: Cepe, 2021.

LEES, Loretta. SLATER, Tom, WYLY, Elvin. **Gentrification**. New York: Routledge, 2007.

LIMA, Nataly de Queiroz. **Direitos em bits: redes sociais, comunicação e incidência política na Marchadas Vadias Recife e no Movimento Ocupe Estelita**. Orientador: Prof. Heitor Costa Lima da Rocha. Tese (doutorado) - Programa de pós-graduação em comunicação, CAC-DCS, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2018, 215p. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/33287>. Acesso em: 22 dez. 2022.

MACIEL, Louise Claudino. Manières d'habiter et distinction sociale à Recife. In **Brésil(s) Sciences Humaines et Sociales**, n. 19. 31 de maio de 2021. Disponível em: <https://journals.openedition.org/bresils/9733>. Acesso em: 22 dez. 2022.

MAYKO BASTOS, **Audiência Pública sobre o Projeto Novo Recife** (parte 1). Youtube, 23 de maio de 2012. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=3lklRWKm9Sw&ab_channel=MaykoBastos. Acesso em: 22 dez. 2022.

MEDIAPART. **Brésil : les descendants d'esclaves, premières victimes du chaos climatique**. Youtube, 24 de junho de 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=zntvG2CieM&ab_channel=Mediapart>. Acesso em: 22 dez. 2022.

MELO, Rebecca Botelho Portela. Cerceamentos privados no espaço público: o caso do projeto Novo Recife. In **e-cadernos CES**, n. 27, Junho 2017. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/eces/2231>>. Acesso em 22 dez. 2022.

_____, Rebecca Botelho Portela de. **A sociologia dos emissores: uma análise do processo de produção de notícias sobre o Movimento Ocupe Estelita**. Orientadora: Profª Maria Eduarda da Mota Rocha, Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em sociologia, CFCH, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2018, 138p. Disponível em: <<https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/34629>>. Acesso em 22 dez. 2022>.

MELO, Jamildo; TENORIO, Augusto. Sentença contra as torres gêmeas pode ser contestada. **JC Online - UOL**, Recife, 11 de dezembro de 2007. Disponível em: <<https://jc.ne10.uol.com.br/blogs/jamildo/2007/12/11/sentenca-contra-as-torres-gemeas-pode-ser-contestada/index.html>>. Acesso em: 22 dez. 2022>.

MENDONÇA, Daniel. Daniel Mendonça: depoimento [fev. 2022]. Entrevistador: Fivos de Brito Karagiorgas. Recife [2022]. 2 arquivos mp3 (87min). Documento sonoro

concebido a Revista Interlegere (UFRN).

MENEZES, José Luiz Mota. José Luiz Mota Menezes: depoimento [jul. 2016]. Entrevistadores: Fivos de Brito Karagiorgas e Silvio Soares da Silva. Recife, 2016. 3 arquivos .mp3 (101min). Documento sonoro concebido a Revista Interlegere (UFRN).

MOBILIZE BRASIL. **Velho Recife Novo**. Youtube, 28 de abril de 2012. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=HLYNmG1G3d8&ab_channel=MobilizeBrasil>.

Acesso em: 22 dez. 2022.

MORAES, Catarina. O dia a dia das ocupações em prédios abandonados no centro do Recife. Mais de 520 famílias hoje em quatro edifícios - até então abandonados - no coração da capital pernambucana, expondo problemas a emergência habitacional que a cidade enfrenta. **JC Online - UOL**, Recife, 15 de dezembro de 2022, disponível em: <<https://jc.ne10.uol.com.br/pernambuco/2022/12/15140617-o-dia-a-dia-das-ocupacoes-em-predios-abandonados-no-centro-do-recife.html>>. Acesso em 22 dez 2022.

MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL. **Projeto Urbanístico Recife-Olinda**. Março de 2006. Disponível em:

<https://antigo.mdr.gov.br/images/stories/ArquivosSNPU/Biblioteca/ReabilitacaoAreaUrbanas/Biblioteca_Projeto_Urbanistico_Recife-Olinda.pdf>. Acesso em: 22 dez. 2022.

NASCIMENTO, Alexandre. Alexandre Nascimento: depoimento [fev. 2022]. Entrevistador: Fivos de Brito Karagiorgas. Recife, 2022. 2 arquivos mp3 (151min). Documento Sonoro concebido a Revista Interlegere (UFRN).

PINÇON Michel; PINÇON-CHARLOT, Monique. **Les ghettos du gotha, au cœur de la grande bourgeoisie**. Paris: Editions du Seuil, 2007.

PREFEITURA DO RECIFE. **João da Costa entrega prêmio Sinduscon de jornalismo**. Recife, 3 de dezembro de 2011. Disponível em:

<<https://www2.recife.pe.gov.br/noticias/03/12/2011/joao-da-costa-entrega-premio-s-induscon-de-jornalismo>>. Acesso em: 22 dez. 2022.

_____. **Plano do Complexo turístico cultural Recife-Olinda**. Recife, dezembro de 2003, 116p. Disponível em: <https://rb.gy/zuyvuq>. Acesso em: 22 dez. 2022.

RECIFE. Câmara Municipal do Recife, **Vereadores**. [Recife]: CMR, [2022]. Disponível em:

<https://www.recife.pe.leg.br/vereadores/legislatura-atual>. Acesso 31 dez. 2022.

ROCHA, Danielle de Melo. Revisitando o Prezeis: um instrumento de luta e resistência no embate entre o planejamento estratégico e o direito a cidade. In: **Regimes urbanos e governança metropolitana**, Encontro Nacional da Rede Observatório Metrôpoles, Natal, UFRN, p.17, 29 a 31 de março de 2017. Disponível em: <<https://rb.gy/k6eodo>>. Acesso em: 22 dez. 2022.

ROLNIK, Grupos mobilizam no Recife contra projeto imobiliário no cais José Estelita. **Blog da Raquel Rolnik**. 19 de março de 2012. Disponível em: <<https://raquelrolnik.wordpress.com/tag/projeto-recife-olinda/>>. Acesso em: 22 dez 2022.

ROSE, Felipe Mello. **From the network to the ground: Lessons from Recife's Ocupe Estelita movement and its Shifts across different spaces of mobilization**. Orientador: Olivier Dabène. 2017. 121 p. Dissertação (Mestrado) - Governing the large metropolis, Sociologia política comparada, Institut d'Etudes Politiques de Paris, Paris, 2017, 121p. Disponível em: shorturl.at/aES24. Acesso em 22 dez. 2022.

SAPIRO, Gisèle. **Dictionnaire international Bourdieu**. Paris: CNRS, 2020.

OCUPE ESTELITA, Recife, **Cidade roubada**. Youtube, 18 de novembro de 2014. Disponível em: < <https://rb.gy/5hd1b2> >. Acesso em: 22 dez. 2022.

_____, "Audiência Pública? "Youtube, 6 de novembro de 2014. Disponível em:

https://www.youtube.com/watch?v=HfOzcyjSETYs&t=573s&ab_channel=OcupeEstelita. Acesso em: 22 dez. 2022.

OCUPE-SE. Disponível em: <https://www.facebook.com/seocupe/photos/503514006473882>. Acesso em 22 dez. 2022.

VAREJÃO, Luana Paula Ribeiro. **Cais em disputa**: entre o direito a cidade e o Projeto Novo Recife. Orientadora: Christina Pereira de Araújo. 2018. 170p. Dissertação (mestrado) - Programa em Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano, UFPE, Centro de Artes e Comunicação, Recife, 2018. Disponível em <<https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/43727>>. Acesso em: 22 dez. 2022.

Recebido: 17 jan 2023

Aceito: 15 mai 2023